

política

Lula critica big techs em discurso na Índia

Fala do presidente foi em Cúpula do Impacto da Inteligência Artificial

/ GOVERNO FEDERAL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criticou o modelo de negócio das big techs em discurso feito em Nova Délhi, na Índia, durante participação em cúpula de inteligência artificial nesta quinta-feira.

O petista afirmou que a regulação das big techs está ligada ao “imperativo de salvaguardar os direitos humanos” e “proteger a integridade da informação”.

“O modelo atual de negócios dessas empresas depende da exploração de dados pessoais, da renúncia do direito à privacidade e da monetização de conteúdos chamativos que amplificam a radicalização política”, disse.

A fala foi parte da Cúpula do Impacto da Inteligência Artificial, que contou com a presença de chefes de Estado e de Governo, como o presidente francês Emmanuel Macron e o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, responsável pelo convite a Lula.

Durante o discurso, o presidente defendeu uma “governança global” da tecnologia, que indicaria a criação de um conjunto de regras, princípios, instituições e mecanismos de coordenação internacional. A iniciativa criaria padrões para lidar com riscos, segurança e impacto social da tecnologia.

“O regime de governança dessas tecnologias definirá quem participa, quem é explorado e quem ficará à margem desse processo”, declarou. “Colocar o ser humano no centro das nossas decisões é tarefa urgente.”

A concentração de infraestrutura e capital em poucas empresas também foi alvo de críticas.



RICARDO STUCKERT/PR/DIVULGAÇÃO/JC

Lula reprovou modelo de negócios das empresas nesta quinta-feira

Em defesa da chamada transparência do algoritmo, o presidente afirmou que eles fazem parte de uma “complexa estrutura de poder”.

“Quando poucos controlam os algoritmos e as infraestruturas digitais, não estamos falando de inovação, mas de dominação”, disse.

O discurso ocorre em um momento em que tramita na Câmara o projeto do marco legal da IA, que cria normas para orientar o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial no País, tanto na esfera pública quanto na privada.

A proposição, aprovada no Senado em dezembro de 2024, visa estabelecer limites para evitar crimes e distorções na aplicação da tecnologia, como o uso ilegal em eleições.

O impasse com as grandes empresas de tecnologia também chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF), que definiu em junho de 2025 os parâmetros para a responsabilização das plataformas por conteúdos ilegais publicados

por usuários. A decisão considerou inconstitucional trecho do Artigo 19 do Marco Civil da Internet, que determinava que redes sociais só poderiam ser responsabilizadas por conteúdos postados por usuários se descumprissem ordem judicial de remoção.

Um dos principais pontos de atrito com as big techs no País, o entendimento também define que conteúdos relacionados a alguns tipos de crimes, como os contra o Estado Democrático de Direito, devem ser removidos proativamente.

Também exigiu que as empresas passem a ser responsabilizadas após notificação extrajudicial, sem necessidade de ordem judicial, por conteúdos que configurem crimes ou atos ilícitos, com exceção dos relacionados à honra.

Entre as mudanças, ainda estão previstas a responsabilização automática das big techs em caso de conteúdo patrocinado, a exigência de representante legal no Brasil e a criação de canais próprios de denúncia para usuários.



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Um país de milhões de sem-teto

A Campanha da Fraternidade 2026, lançada pela CNBB com o tema “Fraternidade e Moradia - Ele veio morar entre nós”, recoloca a falta de habitação no centro do debate nacional. Os números são um alerta contundente: mais de 6 milhões de famílias vivem sem moradia adequada e cerca de 330 mil brasileiros estão em situação de rua. O retrato expõe uma desigualdade urbana persistente e a ausência de políticas permanentes de habitação popular.



PABLO VALADARES/CÂMARA DOS DEPUTADOS/DIVULGAÇÃO/JC

Direito à moradia digna

O deputado federal gaúcho Luiz Carlos Busato (União Brasil, foto) destaca que “a campanha traz à tona uma das questões mais urgentes e estruturais do País: o direito à moradia digna”. Para ele, “a casa é mais que um teto, é o espaço onde se constrói dignidade, segurança, família e cidadania”.

Planejamento e sensibilidade social

Arquiteto e ex-presidente da Frente Parlamentar da Moradia Popular, Busato lembra que políticas habitacionais exigem planejamento, continuidade e sensibilidade social. Ele recorda que, em 2007, ao lado de lideranças do setor, ajudou a estruturar iniciativas que fortaleceram a moradia social e abriram caminho para programas como o Minha Casa, Minha Vida.

Novo pacto social

Mesmo assim, o parlamentar reconhece que o déficit atual exige um novo pacto nacional. A combinação de inflação imobiliária, desemprego e crescimento desordenado das cidades ampliou ocupações irregulares e a população em situação de rua. “Os números mostram que ainda há muito a fazer. É preciso unir governo, iniciativa privada, entidades religiosas e sociedade civil em torno de metas permanentes”, afirma.

Responsabilidade compartilhada

A CNBB sustenta que a moradia é o primeiro degrau da cidadania. Sem casa, faltam segurança, saúde e estabilidade familiar. Ao lançar a campanha, a Igreja reforça que o direito à habitação não pode depender de ciclos eleitorais ou programas temporários, mas deve ser tratado como política de Estado.

Advertência moral e social

A crise habitacional já transborda para áreas como segurança e saúde pública. Parlamentares cobram recursos contínuos, regularização fundiária e planejamento urbano de longo prazo. A mensagem da CNBB ecoa como advertência moral e social: sem enfrentar o déficit habitacional com seriedade, o País seguirá convivendo com milhões de sem-teto.

Moraes autoriza visitas a Bolsonaro em março

/ STF

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, autorizou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) a receber visitas de aliados políticos ao longo do mês de março na Papudinha, em Brasília, onde ele cumpre

pena. Entre os visitantes autorizados, estão a deputada Bia Kicis (PL-DF), em 14 de março, o deputado Marco Feliciano (PL-SP), em 21 de março, e o senador Rogério Marinho (PL-RN), em 25 de março.

No dia 11 de março, Bolsonaro receberá o secretário de Ciência, Tecnologia e Inova-

ção do governo do Estado do Rio de Janeiro, Anderson Luis de Moraes.

Em 18 de março, será a vez da visita de José Vicente Santini, assessor especial do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e ex-assessor da Presidência no governo de Jair Bolsonaro.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

in @ f www.sko.com.br | 51 3342.9323

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade